

História da educação no século XVIII: Educação e Fisiocracia

Laurice de Fátima Gobbi Ricardo*

Terezinha Oliveira**

Resumo

A proposta, nesta comunicação, é analisar algumas obras de François Quesnay à luz da economia do século XVIII e do contexto sociopolítico traçado pelo Estado da França. Serão verificadas quais foram as medidas ou práticas econômicas e políticas públicas que ele propôs em suas obras, na expectativa de que elas afetassem a educação. Destaca-se, assim, o papel que ele atribuiu à educação para a formação do pensamento, para a divisão da força de trabalho e para a transformação social no período. Com base em autores contemporâneos que se dedicaram a levantar e analisar fatos ocorridos no século XVIII se tentará situá-lo em seu tempo, contextualizar sua participação no processo educativo do homem na sociedade francesa e averiguar se as medidas políticas, econômicas, públicas e educacionais que ele propôs estavam em consonância com esse processo. Em termos mais amplos, procura-se identificar no espaço da história o papel que o homem comum desempenhou ao estabelecimento da política econômica e do processo educativo na França, na época da fisiocracia, uma vez que ele era o responsável pela produção da riqueza nacional. Palavras-chave: Educação. Fisiocracia. François Quesnay.

1 INTRODUÇÃO

Muitas sociedades políticas se formaram por homens que, em sua generalidade, adotaram as ideias de justiça e igualdade. Compartilhando ideais próprios,

* Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Mestrado da Universidade Estadual de Maringá; Av. Colombo, 5790, BL G-34, sala 101; lfgricardo@uem.br

** Pós-doutora em Filosofia da Educação FE/USP; coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação (UEM); Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5.790, BL H35, sala 9, DFE; *Campus* Universitário, 87020-900, Maringá, Paraná; teleoliv@gmail.com

o objetivo de poder ou o ideal de democracia, eles se juntam para fortalecer ou construir esse próprio poder ou ideal. Desde a Antiguidade, por meio de uma política econômica, social e educacional, uma parte dos homens procura exercer o domínio dos povos, das nações, independentemente das raças.

O capitalismo e a burguesia do século XVIII defenderam princípios que, na contemporaneidade, parecem não ter se modificado em sua essência, pois continuam vigorando independentemente do momento político em que os governantes atuam. Acredita-se que as questões sociais e educacionais estão sempre relacionadas ao poder.

Segundo Aristóteles (1985, p. 64), em sua obra *A Política*, “[...] o legislador, ao compor suas leis, deve ter sempre os olhos fixos em duas coisas: o país e os homens.” No sentido de contribuir para o entendimento do que ocorre na segunda metade do século XVIII, estudam-se o comportamento político e econômico e a política educacional proposta pela França, especialmente o papel da educação para a formação do pensamento, para a nova forma da divisão do trabalho e para a transformação social do período.

Optou-se pelo método histórico social, por se entender, como Políbios (1985, p. 41), em sua obra *História*, que é por meio do conhecimento do passado que se pode entender a sociedade em sua totalidade. Assim, por meio da análise de obras de Quesnay, como *Fermiers – Arrendatários* (QUESNAY, 1756); *Hommes – Homens* (QUESNAY, 1757); *Évidence – Evidências* (QUESNAY, 1756), além de algumas outras obras de autores que compartilharam ou estudaram as ideias desse autor, volta-se ao passado, a fim de rever o perfil do homem naquele período.

2 POLÍTICA ECONÔMICA NO SÉCULO XVIII NA CONCEPÇÃO DE QUESNAY

Ao explicar as atividades econômicas de um Estado, presume o cientista da política econômica e filósofo Quesnay que a produção, o consumo e os resultados das atividades e interatividades desenvolvidas em uma sociedade é que compõem a economia dos países.

Quando se fala de produção, é necessário situá-la em relação ao nível de desenvolvimento social e dos indivíduos que vivem naquele período. No caso,

refere-se a uma época histórica bem definida, a da produção burguesa ocorrida no século XVIII.

Nesse momento, na França, dominava a linha de pensamento político da fisiocracia, segundo a qual a verdadeira riqueza de uma nação provinha da agricultura, ou seja, dos produtos da terra. O que importava era o que se produzia de grãos, os métodos mais viáveis de equipamentos, os capitais investidos e o retorno para o Estado. Considerava-se que a transformação desses produtos da terra, por meio da manufatura, não produzia riquezas, não produzia excedentes (capital), diferentemente do que acontecia na agricultura.

O capital, no âmbito econômico, é instrumento de produção, é um trabalho realizado com a finalidade de obter resultados futuros. Logo, o capital seria uma relação natural, universal e eterna, mas só o seria em condições específicas que permitissem transformar “instrumento de produção” e “trabalho acumulado” em capital.

A produção é sempre um ramo particular da própria produção, por exemplo, a agricultura, a criação de gado e a manufatura, responsável pela transformação desses produtos.

Por fim, a produção não é particular: constitui um corpo e um sujeito social, atuantes em um conjunto de atividades ou objetos, que imediatamente se transformam em consumo. A relação indissociável entre produção e consumo ocorre de duas maneiras: somente no consumo o produto se torna ele mesmo; o consumo cria a necessidade de uma nova produção. Desse modo, o consumo motiva a produção e cria, também, o objeto que, ao direcioná-la, determina a verdadeira finalidade de produzir, que é o capital no seu aspecto manifesto.

A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. Em sua busca por traçar metas e diretrizes ao desenvolvimento político-econômico, esquece-se da essência e parte fundamental da riqueza do Estado: o homem, um ser social que necessita da base fundamental para o seu desenvolvimento técnico, educacional, político e social.

No ensaio *Arrendatários*¹, artigo escrito em janeiro de 1756 para a Enciclopédia, Quesnay (1756a) coloca em confronto a “grande cultura”, organizada em termos capitalistas, e a “pequena cultura”, atrasada e ineficiente, que nesse momento domina a maior parte da França. Ele questiona a ineficiência da po-

lítica educacional do Estado em face da necessidade primária e essencial para o indivíduo, que é a educação.

Kuntz (1984, p. 10), ao interpretar a obra de Quesnay, *Arrendatários*, afirma:

Embora muitos leitores tenham enfatizado sobretudo o lado liberal do pensamento fisiocrático – o *laissez-faire*, o nãointervencionismo –, o fato é que François Quesnay não negligencia o papel do Estado no desenvolvimento. Para ele, definir as esferas de atuação da coroa e dos particulares não corresponde a fixar domínios estritamente separados de atuação. A ação da coroa, o mais forte e o mais importante dos proprietários, deve estabelecer os próprios fundamentos do progresso, pelos investimentos na infraestrutura física – em vias de transporte, por exemplo – e na educação dos cidadãos, que devem aprender “as leis da ordem natural mais favorável ao gênero humano.” Além disso, é claro, cabe à esfera política montar as melhores condições institucionais para o florescimento da produção.

Um homem culto pensa, desenvolve técnicas, é transformador de suas próprias ideias, busca o equilíbrio entre o que pode ser conquistado por ele próprio e o que é favorecido por meio de mecanismos impostos pelas políticas educacionais do Estado. Em *Evidência* (1756), Quesnay enfatiza que os homens necessitam de regras positivas e determinadas que fixem e garantam sua conduta. Consagrados pelas regras e com necessidades delas, eles são determinados pelas próprias regras. As leis naturais existem para todos os homens, mas são interpretadas de formas diferenciadas por eles. Quesnay², no artigo *Evidência*, relata:

O Homem não é um ser simples, é um composto de corpo e alma; mas esta união percível não existe por si mesma; essas duas substâncias não podem agir uma sobre a outra [...] O homem recebe suas sensações por intermédio dos órgãos do corpo, mas suas próprias sensações e sua razão são os efeitos imediatos da ação de Deus sobre a alma; assim, é nesta ação sobre a alma que consiste a forma condicional ou instrumental das sensações, e as sensações são os motivos e as causas determinantes da razão e da vontade decisiva. (QUESNAY, 1984a, p. 68).

O fisiocrata Quesnay aborda a condição do homem diante das políticas educacionais adotadas pelos dirigentes da nação para o desenvolvimento de sua cultura, educação política e do próprio saber (conhecimento). De seu ponto de vista, era preciso encontrar meios para transformar o homem, levando-o a abandonar a condição de simples reprodução do conhecimento (do fazer) e induzindo-o a iniciar o processo de questionamento e entendimento de como produzir esse conhecimento, ou seja, do desenvolvimento de técnicas. Para ele, o homem necessitava não somente satisfazer sua fome, mas também precisava de roupas, escolas, de técnicas de manuseio dos utensílios e de demais confortos para viver com um mínimo de bem-estar.

Acredita-se que, nessa época, século XVIII – França, a política devia ter em vista a indigência (pobreza, carência) dos habitantes do campo, estimulando-os necessariamente ao trabalho e à produção de mais riqueza para o Estado. Todavia, uma nação rica se faz com homens que transformam o capital, com seus recursos e sua força de trabalho, desenvolvendo suas riquezas, buscando enriquecer com seu próprio esforço, acreditando-se como pessoas e cidadãos. Segundo Quesnay, não existe ninguém que não saiba que as riquezas são as grandes forças, o grande recurso da agricultura, e que o cultivo demanda muito dinheiro. Quesnay, em seu artigo *Arrendatários*, trata o assunto como:

Só os homens instruídos e inteligentes podem preservar-se de erros comuns, prejudiciais a seus interesses. Mas, para que possam sair-se bem, é preciso ainda que estejam em condições de adiantar os fundos necessários à compra dos rebanhos e dos outros animais, como também de suprir as outras despesas, pois o estabelecimento de um bom cultivo é sempre muito caro. (QUESNAY, 1984a, p. 81).

Os que possuem dinheiro e bens não querem se ver arruinados; os que não o têm trabalham inutilmente ou não são estimulados ao trabalho, porque não visualizam o retorno financeiro pelo seu esforço.

Nesse momento, a grande maioria da população da França não tem o incentivo do Estado quanto à educação e ao conhecimento de técnicas apropriadas à produção. Somente a pequena classe da burguesia tem tal privilégio e, mesmo assim, não obtém o conhecimento das técnicas avançadas na área da produção. As classes média e pobre não têm incentivos do Estado, não adquirem o livre-

arbítrio para tomar decisões quanto ao que plantar, como plantar, e não recebem conhecimento técnico quanto à melhor forma de utilizar os seus recursos. Os proprietários preocupam-se em fazer os plantios com os recursos que têm (cavalos ou bois), ao invés de pensar em mecanismos que podem ser criados para o plantio dos produtos agrícolas e em métodos para a utilização das terras que ficam sem produção (improdutivas).

O Estado defende a ideia de que o arrendatário (classe média) é sempre mais vantajoso para o Estado porque, mesmo quando não ganha com suas colheitas por causa dos preços baixos dos cereais ou porque não tem consumidores (demanda) suficientes para o seu produto, consegue suprir suas despesas. No contexto geral, comparando-se todas as classes, há crescimento de riquezas, mas, na verdade, esse aumento de capital não acontece para os arrendatários que produzem, cobrem os gastos e não obtêm nenhum lucro sobre os produtos. Eles chegam até mesmo a sofrer perdas que diminuem seus recursos.

Com o baixo preço do trigo (um dos principais produtos agrícolas que se produz na França), quem ganha são os habitantes das cidades, os operários das manufaturas e os artesãos, que se valem dos baixos preços dos produtos agrícolas e os transformam em outros produtos em benefício do capital. Enquanto isso, a agricultura, que no século XVIII na França representa a fonte principal de riquezas do Estado, empobrece. Mesmo assim, é ainda a agricultura que, quando protegida e financiada pelo Estado, proporciona alimentos em abundância para a Nação. Por outro lado, se não há consumo (demanda) dos produtos transformados, da matéria-prima provinda da agricultura e modificada por meio da manufatura, não há produção e, assim, também não há capital.

A demanda do mercado ou a demanda agregada por uma mercadoria nos mostra a quantidade alternativa na qual essa mercadoria é procurada, num dado período de tempo, aos vários preços alternativos, por todos os indivíduos que compõem o mercado. A demanda do mercado por uma mercadoria depende, assim, de todos os fatores que determinam a demanda individual e, em adição, do número de compradores desta mercadoria existentes no mercado. (SALVATORE, 1984, p. 20).

Segundo Quesnay, o rico arrendatário (classe intermediária – média) ocupa e sustenta o camponês (classe pobre). O camponês é quem fornece aos cida-

dão a maior parte das mercadorias necessárias à sua subsistência. Em todo lugar onde falta o arrendatário (classe média-rica) e não há intervenção do Estado, os métodos de cultivo da terra são conduzidos de forma precária, e os camponeses vivem na miséria, pobres de cultura política, social e educacional.

A política do Estado de impedir a exportação do trigo por receio de faltar o produto no mercado interno significa, para Quesnay, desconhecer as vantagens que isso promove à França. Um reino pode ter uma produção excedente de trigo sem prejudicar suas necessidades internas. A política econômica adotada na Inglaterra, segundo Quesnay, prova que a venda de uma parte das colheitas ao exterior é um meio seguro de manter a abundância, acabar com a fome e sustentar a agricultura.

A liberdade da venda dos cereais ao exterior constitui, no período, um meio essencial e indispensável para melhorar a agricultura no reino. No entanto, somente esse meio não basta. Na verdade, pode-se perceber na leitura da obra de Quesnay que o cultivo das terras, por ser um produto primário, proporciona maiores lucros, mas é preciso também que o cultivador esteja preparado para tal situação, tenha uma visão menos primária e modesta e se sinta protegido pelo Estado, por meio dessa nova política (de exportação). Sem esse incentivo e proteção estatal, o agricultor não vai querer expor o seu capital a uma situação que considera perigosa. As riquezas da nação, obtidas por meio da exportação, difundem-se por todos os habitantes, proporcionam-lhes melhores alimentos, satisfazem de modo mais adequado às suas necessidades, tornam-nos pessoas mais cultas, com mais noção do que é o valor dos produtos de seu trabalho³ e com mais condições de enfrentar o mercado (tanto agrícola como manufatureiro) e desenvolver suas próprias riquezas (capital). Quesnay (1984c, p. 106), em seu artigo *Homens*,⁴ comenta:

Os homens necessitam, portanto, de diferentes riquezas de uso, e aquelas que eles têm em maior quantidade do que precisam devem servir para proporcionar-lhes aquelas que lhes faltam e que desejam. Assim, os homens aspiram a muitas riquezas que se trocam reciprocamente uma pelas outras.

Estas riquezas (capital) aumentam a população e fazem crescer os rendimentos dos proprietários da terra, dos comerciantes ou industriais e

os do próprio Estado. O governo que movimenta os recursos da sociedade, que dispõe de poder de decisão política, pode encontrar métodos e políticas econômicas e educacionais adequadas para fazer com que os recursos originados da agricultura retornem novamente à agricultura (proprietários da terra), a qual é muito mais proveitosa para os indivíduos e para o Estado. O valor real do produto é determinado pelas necessidades dos homens, expressas por meio do consumo, mas que nascem do próprio capital. Além disso, à medida que o homem produz e vende seu produto, parte dos ganhos volta para o Estado. As riquezas (capital) de uma nação que adota essa política são sempre renascentes e superiores às riquezas (capital) das outras nações. No mesmo artigo *Homens*, Quesnay (1984c, p. 109-110) enfatiza:

[...] Os homens não se limitam simplesmente à alimentação. Eles precisam de roupas, de utensílio e de outra comodidade para viver com algum bem-estar. Os franceses não passam os mares e não vão às ilhas de São Domingos, da Martinica, etc., para buscar o pão, mas são atraídos por ganhos que lhes podem proporcionar bem-estar.

Às riquezas comerciáveis é que se atribuem ganhos consideráveis; por meio desses ganhos, podem-se satisfazer necessidades, além de alimentação, roupa, moradia e utensílios, que garantam o bem-estar. As proporções de troca da riqueza em moeda são reguladas pelo preço de todas as espécies de mercadorias comerciáveis. Assim, a riqueza particular equivalente ao valor pelo qual se pode vender todas as espécies de riquezas comerciáveis, nas compras, é a moeda (dinheiro).

Para Quesnay, a força de trabalho dos camponeses é utilizada (explorada) pelos arrendatários ricos, e os camponeses, atraídos pelo dinheiro, auto-determinam-se ao serviço, tornam-se trabalhadores e conquistam um bem-estar⁵ que os induz a se fixar nas províncias. Dessa forma, os camponeses se veem em situação de poder alimentar seus filhos, conservá-los perto de si e criar condições para que eles se estabeleçam futuramente na mesma província. Desse modo, na proporção em que o agricultor aumenta suas riquezas e que esta se multiplica, ele sustenta a agricultura.

Segundo Quesnay, se o governo (nação) não é rico e não tem autoridade sobre as outras nações comerciantes (outros países), o que pode resultar de regulamentos viciosos é um preço em desacordo com o preço geral e comum às outras nações de livre comércio. Dessa forma, o próprio governo acaba com os rendimentos no reino e prejudica seu comércio. Entretanto, o preço geral e comum a todas as nações comerciantes é sempre, conforme Quesnay, o menos variável, o menos desregrado e o mais vantajoso a cada uma das nações. Segundo Quesnay (1984c, p. 108), em seu artigo *Homens* (1984c, p. 108):

Se um reino é pobre, isto não se deve à falta de dinheiro, mas à falta de riquezas comerciáveis ou ao preço demasiadamente baixo, nesse reino, dessas riquezas. Pois um Estado agricultor só pode ser rico pela abundância das produções anuais e pelo bom preço.

Em outras palavras, uma nação (país) é pobre quando não tem políticas econômicas e métodos educacionais definidos, quando o Estado trata o indivíduo como um ser não pensante e não atuante e quando não entende que esse indivíduo precisa, por si só, obter conhecimento, descobrir novos horizontes, desenvolver técnicas próprias e ter acesso à escola. É somente por meio de políticas consistentes adotadas pelo Estado que se pode proporcionar o desenvolvimento do comércio interno e externo dos produtos produzidos, em especial os da agricultura. Essa política não deve proporcionar apenas o escoamento dos produtos, mas também e, constantemente, sustentar um preço vantajoso⁶ ou igual ao estabelecido pelo comércio geral entre as nações comerciantes. Essa política é que torna a nação (país) rica e autossustentável.

Segundo Smith (1983, p. 359), em *A Riqueza das Nações*, “[...] um país rico é aquele que tem muito dinheiro, que a riqueza não consiste no dinheiro, nem em ouro e prata, mas consiste naquilo que o dinheiro compra e no valor de compra que ele tem [...]”⁷ Assim, um país é rico quando cria políticas adequadas de exportação e importação e condições de comercialização dos produtos agrícolas e manufaturados. Dessa maneira, mantendo uma economia estável e uma moeda forte, ele favorece a obtenção de resultados econômicos e financeiros tanto para a nação quanto para o povo, respondendo ao esforço do trabalho dos cidadãos e à sua dedicação ao país (nação).

No século XVIII, os fisiocratas questionavam a economia política desenvolvida na França e a distribuição de renda e poder entre os donos da terra e os arrendatários, defendendo, em contrapartida, a riqueza agrícola como fonte e sustentação da economia.

Os fisiocratas⁸, na concepção de Smith, ao tentar explicar que os vários mecanismos econômicos a serem adotados pelo Estado para aumentar as riquezas deveriam valorizar a agricultura, não percebiam ou não entendiam a sutileza da nova divisão das classes ou sistemas: sistema agrícola que produz os grãos e sistema urbano que transforma o estado bruto dos grãos em produtos manufaturados.

Na obra *A Riqueza das Nações*, Smith (1983, p. 321) relata que “[...] o grande comércio de todo país civilizado é o efetuado entre os habitantes das cidades e os habitantes do campo [...]”, o que demonstra que o grande comércio de todo país civilizado envolve os habitantes das cidades e do campo. O desenvolvimento da manufatura, ou da transformação do produto, depende da existência do produto da terra, da agricultura. Quando existe a troca e a comercialização simultânea desses bens, a dos artigos manufaturados com os produtos em formato natural aparece o fator compra e venda e, com ele, a oferta e a procura, o que vem a ocasionar a demanda, que se transforma no regulador da economia. Essa demanda acontece quando o campo começa a oferecer à cidade os meios de subsistência e os materiais a serem manufaturados. Em contrapartida, a cidade oferta ao campo, para o seu desenvolvimento, as técnicas provindas de pesquisas desenvolvidas nas universidades e escolas. Contudo, as políticas econômicas e educacionais traçadas em qualquer nação dependem desses homens comuns, uma vez que, produzindo as riquezas da nação, eles têm papel fundamental em seu crescimento e desenvolvimento econômico.

3 CONCLUSÃO

Quando se avalia a capacidade, a produção, a qualidade e o crescimento de uma nação, logo vem à mente a análise econômica desse Estado. O século XVIII demarca um período de transformações sociais e de redefinições políticas, culturais, econômicas e filosóficas.

Na França, essa transformação acontece especialmente na área econômica e se manifesta na produção teórica dos fisiocratas, cujos ideais foram construídos no processo de questionamento do sistema mercantilista.

Segundo eles, a verdadeira riqueza de uma nação está na natureza. É a agricultura que faz o reino, o Estado, crescer, expandir suas relações comerciais e aumentar suas riquezas. A manufatura, de forma secundária, viria a ser mera transformadora e comercializadora dos produtos da terra. Isso porque somente a atividade rural pode gerar um excedente, apenas ela tem capacidade de produzir mais do que gasta.

O setor econômico esbarra em problemas que, para Quesnay, são fundamentais para que o Estado produza e cresça economicamente: um deles é a capacitação dos homens do campo. Não pode haver qualidade na produção sem técnicas apropriadas, distribuição adequada dos produtos da terra e máximo aproveitamento das áreas cultiváveis, produtivas. Segundo ele, entre as modificações que devem ocorrer nas mesmas proporções em que novas políticas são adotadas pelo Estado, incluem-se as da educação. Se não houver transformações na forma do conhecimento humano, cujas regras devem induzir a ação livre do homem, conseqüentemente haverá menor crescimento econômico.

O sistema econômico, provindo da natureza ou não, depende de que o Estado adote um sistema educacional que venha colaborar para a eficácia dos princípios adotados na economia. Para Quesnay, cabe ao Estado criar condições institucionais para o crescimento da produção e, além de investimentos na infraestrutura física, dar enfoque maior à educação dos cidadãos, que devem aprender a conviver com as leis. Descreve Quesnay, em *Evidência* (1756), que os homens interpretam diferentemente as leis naturais. Por isso, necessitam de regras que determinem sua conduta. Assim, habituados às regras e à necessidade delas, os homens são condicionados à liberdade, mas, na prática, isso ocorre com base em regulamentos e regras.

Em razão de sua brutalidade, o homem requer polimento, tem necessidade de cuidados e de formação. Quando há falta de disciplina e de instrução nos homens, não há produção e, sem produção, não há renda. Em suma, haverá terras incultas, técnicas de produção pobres e produção ineficiente. Dessa forma, educação e produção caminham juntas para produzir riquezas em uma nação.

18th century history of education: education and physiocracy

Abstract

The purpose of this evaluation is to analyse some of François Quesnay' works in the light of the early 18th century and its social and policy context in France in that period. We will also talk about the ideas proposed by Quesnay in education and his efforts to the social transformation at that time. Based upon contemporary education authors' researches, we will present a brief Quesnays' over view in the education process which can be applied to evaluating the man, the french society, the public policies and the history of the workers movement were all of them in accordance with his ideal of life? In a peculiar way Quesnay was representative in the 18th century which ideas concerning the transformation of the common man and world was part of the main route of physiocracy. From a theoretical point of view something was ending and something was beginning in this period.

Keywords: Education. Physiocracy. François Quesnay.

Notas explicativas

¹ Segundo Quesnay (1984a, p. 72), Arrendatários (Economia Política) “[...] são aqueles que alugam e valorizam os bens dos campos e que proporcionam as riquezas e os recursos mais essenciais à manutenção do Estado. Assim, o emprego do arrendatário era assunto muito importante no reino da França, século XVIII, e merecia grande atenção da parte do governo.” De acordo com a análise de Kuntz (1984), as diferentes maneiras de tratar as terras que cultivavam e as causas que para isso contribuíam eram decididas pelos produtos da agricultura. Era preciso conhecer bem os diferentes tipos de cultivos para julgar a situação atual da agricultura no reino. As terras eram comumente cultivadas por arrendatários com cavalos ou por meeiros com bois igualmente vantajosos. Somente arrendatários ricos podiam servir-se de cavalos para lavrar a terra. Nas províncias onde não havia arrendatários em condições de servir-se de cavalos, os proprietários de terras não tinham outro recurso para retirar os produtos de seus bens, senão fazer com que camponeses trabalhassem em troca da metade da colheita e realizassem o cultivo com bois. As terras cultivadas com cavalos eram afolhadas em terços. Em um terço, semeava-se trigo; em outro, aveia e outros cereais que eram plantados depois do inverno, enquanto o outro terço era deixado em *alqueive* (sem cultivo). As terras cultivadas com bois eram afolhadas em metades. Uma metade era semeada com trigo e a outra permanecia em *alqueive* (sem cultivo).

- ² O filósofo e fisiocrata Quesnay nasceu em 1694, em um lugarejo chamado Meré; foi destinado pela mãe a cuidar da pequena propriedade familiar. Perdeu o pai aos oito anos e foi analfabeto até os 12 anos de idade, quando aprendeu a ler com um jardineiro. Aos 17, em Paris, tornou-se aprendiz de gravador e logo passou a mestre de ofício. Aos 24 anos, formou-se em cirurgia, exercendo a profissão em Mantes. Diplomou-se médico com 50 anos, na Faculdade de Pont-à-Mousson. Em 1749, aos 55 anos, tornou-se médico pessoal de madame Pampadour e serviu à família real, tornando-se respeitável membro da corte; foi responsável pela primeira escola de pensamento econômico registrado na história, “a fisiocracia”. Dedicou-se, especialmente, a estudar o problema do desenvolvimento (KUNTZ, 1984, p. 37).
- ³ Segundo Girard e Quadros (1980, p. 123-124), “[...] é preciso que a sociedade se atenha a uma verdadeira hierarquia de valores [...]”, mas, no “[...] mundo que hoje apreciamos, há uma perigosa inversão de valores.” “Se o valor é uma qualidade dos entes, o valor não é, propriamente, um ente, não é algo. Mas está em algo. Enquanto este algo vale. Por isso, diz-se diante da pergunta: o que é o valor? Que o valor não é o que o valor vale. O ser é o valor vale (Lotze). O valor não está na ordem do ser, mas na ordem dos valores.” Para Quesnay (1984c, p. 106), “[...] o valor de uso é sempre o mesmo, e sempre mais ou menos interessante para os homens segundo corresponda às suas necessidades ou ao seu desejo de desfrutá-lo”.
- ⁴ Reproduzido de Quesnay (1757), traduzido por Rolf Kuntz: As riquezas comerciáveis seriam aquelas que se trocam pelas riquezas pecuniárias, de acordo com os preços que constituem seu valor venal e o preço é o valor venal das riquezas comerciáveis. Assim, não se devia confundir o preço das riquezas comerciáveis com o seu valor de uso pelo homem, pois esses dois valores não têm frequentemente nenhuma correspondência entre si. Embora o valor das riquezas comerciáveis não seja absolutamente um valor arbitrário ou convencionado entre os comerciantes, o governo de um Estado pode, por seus regulamentos viciosos, causar muitos desarranjos nocivos aos preços e, sobretudo, em um reino que era marítimo e comerciante.
- ⁵ Encontramos em Salvatore (1984, p. 440), as seguintes definições: a) bem-estar econômico: condições nas qual a solução do modelo de equilíbrio geral pode ser considerada ótima; b) bem-estar social: várias combinações de utilidade de dois indivíduos, que proporciona à sociedade o mesmo nível de satisfação ou bem-estar; c) bem-estar máximo: ponto no qual a grande curva de utilidade e possibilidade é tangente à curva de bem-estar social. Pode-se dizer que a economia do bem-estar estuda as condições em que a solução para um modelo de equilíbrio geral é ótima. Isso exige, entre outras coisas, uma distribuição ótima de fatores entre as mercadorias e uma distribuição ótima de mercadoria (isto é, distribuição ótima de renda) entre os consumidores.
- ⁶ Quesnay, em seu artigo *Homens* (1984c, p. 109), afirma: “O preço fundamental das mercadorias é estabelecido pelas despesas, ou gastos que é preciso realizar para sua produção ou preparação. Se vendem por menos do que custou, seu preço degenera em perda. Se vendem bastante caro para proporcionar ganho suficiente para manter ou aumentar sua produção, seu preço é bom.”
- ⁷ O filósofo e economista Smith (1983, p. 359), “[...] considerava que os preços baixos ou a abundância, ou então, o que é a mesma coisa, é o melhor meio para garantir a riqueza e

abundância, considerando as necessidades naturais da humanidade, que devem ser atendidas, temas que, nos tratados de Economia, tem sido tratados sob o tema de consumo.” Ele mostrava, assim, que a grande riqueza provinha da divisão do trabalho, uma vez que essa divisão poderia gerar a multiplicação do produto: “A divisão do trabalho é a grande causa do aumento de opulência pública, a qual sempre é proporcional à laboriosidade do povo e não à quantidade de ouro e prata, como se imagina insensatamente.” Segundo Smith, para a formação de uma riqueza, a divisão das tarefas e atribuições é fundamental, assim como, para a formação de um estado soberano, há necessidade de uma economia política estável, que garanta a distribuição de renda entre os povos a ele subordinado. O desenvolvimento político de um estado estaria em consonância com a forma de gerir e gerenciar as riquezas, tanto as obtidas por meio da força de trabalho, da produção extraída da terra ou dos próprios esforços humanos.

- ⁸ Murteira, em *Quadro Econômico de Quesnay* (1966), relata que em meados de 1757, por ocasião de um encontro do Marquês de Mirabeau com Quesnay, nasceu a escola dos fisiocratas, que entrou no seu apogeu entre 1764 e 1766. O movimento tinha ganhado muitos aderentes, como: Mercier de la Rivière, le Trosne, Baudeau, além do já citado Marquês de Mirabeau e Dupont de Nemours, que, desde 1763 e mesmo depois de sua morte, manteve-se como defensor de Quesnay. A popularidade dos ideais fisiocratas, principalmente entre os membros da nobreza, é enorme. De acordo com Cardoso (1966, p. 47) “[...] a palavra fisiocracia surge em 1767, como título de uma recolha, organizada por Dupont, das obras fundamentais de Quesnay.” A obra continha vários artigos e estava dividida em dois volumes. Segundo Cardoso (1966, p. 34-35), “A sistematização da doutrina fisiocrática constitui um projeto extremamente ambicioso que, ao cabo de dois séculos, não conseguiu ainda ser realizado. De fato, encontram-se na fisiocracia, lado a lado com aspectos nitidamente reacionários, os germens de algumas das mais avançadas teorias econômico-sociais como afirmou Karl Marx, ‘tem quebrado os dentes a todos os críticos e historiadores de Economia Política que deles se ocuparam até hoje.’ É por isso mesmo que a fisiocracia se mantém um tema de interesse atual, como facilmente o comprovam as obras recentemente publicadas sobre ela. [...] bem quanto era avançada a sua teoria se pensarmos que, embora ela tenha como já afirmamos ficada praticamente esquecida durante quase um século, só conseguiu voltar a ser considerada com algum interesse depois da publicação, em 1846, do volume de *Eugène Daire* sobre os fisiocratas, ela não mais deixou, desde então, de constituir motivo de interesse de eminentes economistas, começando em Karl Marx, o primeiro a reconhecer Quesnay como seu precursor.”

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. Coleção Universidade de Bolso. Tecnoprint S.A., 1985.

CARDOSO, Teodoro. Nota Preliminar. In: QUESNAY, F. **Quadro Econômico**. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.

DUPONT, Menours de. **L'Éducation Nationale Dans Lês États-Unis D`Amérique**. 2. ed. Paris: Le Normant, 1812.

_____. **Physiocratie ou Constitution Naturelle du Gouvernement**. Leyde, Merlin, Libraire, 1768.

GIRARDI, Leopoldo Justino; QUADROS, Odone José de. **Filosofia**. Porto Alegre: Acadêmica, 1980.

KUNTZ, Rolf. François Quesnay e a fundação da economia moderna. In: KUNTZ, Rolf (Org.). **Quesnay – Economia**. São Paulo: Ática, 1984. p. 7-40.

MURTEIRA, B. Prefácio. In: QUESNAY, F. **Quadro econômico**. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.

POLÍBIOS. **História**. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília, DF: Ed. UnB, 1985.

QUESNAY, François. Arrendatários. In: KUNTZ, Rolf (Org.). **Quesnay – Economia**. São Paulo: Ática, 1984a. p. 73-104.

_____. Evidência. In: KUNTZ, Rolf (Org.). **Quesnay – Economia**. São Paulo: Ática, 1984b. p. 42-71.

_____. Homens. 1757. In: KUNTZ, Rolf (Org.). **Quesnay – Economia**. São Paulo: Ática, 1984c. p. 105-111.

_____. Quadro Econômico. 1759. In: KUNTZ, Rolf (Org.). **Quesnay – Economia**. São Paulo: Ática, 1984d. p. 112-148.

SALVATORE, Dominick. **Microeconomia**. Tradução e revisão Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1984.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Recebido em 5 de dezembro de 2008

Aceito em 8 de fevereiro de 2009